



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROCESSO Nº:** 3131/2025

**PROJETO DE LEI Nº:** 695/2025

**AUTORIA:** Dr. William Miranda

**EMENTA:** FICA RECONHECIDA COMO DE UTILIDADE PÚBLICA O INSTITUTO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO, ASSESSORIA, ASSITÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ICETAAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:**

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 695/2025, de autoria do Vereador Dr. William Miranda, que objetiva reconhecer como de utilidade pública o "INSTITUTO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO, ASSESSORIA, ASSITÊNCIA E EMPREENDEDORISMO ICETAAE".

A proposição foi protocolada em 12/05/2025 e lida no Expediente da Sessão Ordinária em 06/10/2025. Foi encaminhada à Procuradoria e, posteriormente, distribuída a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final em 09/10/2025.





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Consta nos autos o **Parecer Jurídico nº 584/2025**, exarado pela Doute Procuradoria . A Procuradoria fundamenta que a matéria é de interesse local (Art. 30, LOM) e não invade a competência privativa do Executivo (Art. 143, LOM). Analisa o cumprimento dos requisitos da Lei Municipal nº 2.615/2003 (alterada pela Lei nº 5.550/2022), que rege a concessão de utilidade pública.

A Procuradoria verificou que os documentos anexados suprem as exigências legais , embora tenha notado a pendência da apresentação de fotografias exigidas pelo § 1º da referida lei . Em relação à técnica legislativa, opinou que o projeto atendeu às diretrizes da LC 95/98. Ao final, opinou pelo regular prosseguimento do feito.

O projeto tramita em regime Ordinário. Não há registro de Emendas.

## II. ANÁLISE

Esta Comissão analisou a proposição sob os aspectos da constitucionalidade, legalidade e juridicidade, conforme competência definida no Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

### 1. Constitucionalidade e Legalidade

Compete a esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJRF) analisar os aspectos constitucional e legal da matéria, nos termos do Art. 64 do Regimento Interno (Resolução nº 278/2020).

Acolhemos o Parecer Jurídico nº 584/2025, exarado pela Doute Procuradoria .

A proposição encontra amparo na Constituição Federal (Art. 30, I ) e na Lei Orgânica Municipal (Art. 30, I e II ), que conferem ao Município a competência para legislar sobre assuntos de interesse local. A matéria não se insere na competência privativa do Chefe do Poder Executivo, listada no Art. 143 da LOM .





Esta Comissão reitera a observação da Procuradoria quanto à pendência mencionada no Parecer nº 584/2025: a ausência de fotografias da entidade em funcionamento, exigidas pelo § 1º do Art. 1º da Lei nº 2.615/2003 (incluído pela Lei nº 5.550/2022) . Contudo, tal pendência, de natureza comprobatória, não impede a tramitação legislativa para análise de mérito pelas demais comissões, embora deva ser suprida para a deliberação final em Plenário.

## 2. Técnica Legislativa e Redação (LC 95/98)

Esta Comissão, em sua análise, verifica que a estrutura do projeto (epígrafe, ementa, preâmbulo, parte normativa e final ) segue os preceitos da referida Lei Complementar .

Contudo, identificamos um vício de redação que necessita de correção: na Ementa e no Art. 1º do projeto, a palavra "ASSISTÊNCIA" foi grafada incorretamente como "**ASSITÊNCIA**". Note-se que o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral (CNPJ) anexo grafa o nome empresarial corretamente como "ASSISTENCIA", mas a Ementa e o Art. 1º do Projeto de Lei , bem como a Certidão de Registro, mantêm a grafia incorreta.

Faz-se necessária, portanto, Emenda de Redação para sanar o vício apontado.



## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### III. VOTO DA COMISSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

1. Pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 695/2025.
2. Pela necessidade de **EMENDA DE REDAÇÃO** para corrigir a grafia da palavra "ASSISTÊNCIA" na Ementa e no Art. 1º, nos seguintes termos:

#### **EMENDA DE REDAÇÃO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 695/2025**

##### **I - Na Ementa:**

##### **Onde se lê:**

"EMENTA: Fica reconhecida como de utilidade pública o INSTITUTO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO, ASSESSORIA, **ASSITÊNCIA** E EMPREENDEDORISMO ICETAAE e dá outras providências".

##### **Leia-se:**

"EMENTA: Fica reconhecida como de utilidade pública o INSTITUTO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO, ASSESSORIA, **ASSISTENCIA** E EMPREENDEDORISMO ICETAAE e dá outras providências".

##### **II - No Art. 1º:**

##### **Onde se lê:**

"Art. 1º Fica reconhecida como de utilidade pública o "INSTITUTO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO, ASSESSORIA, **ASSITÊNCIA** E EMPREENDEDORISMO ICETAAE", (...)"

##### **Leia-se:**

"Art. 1º Fica reconhecida como de utilidade pública o "INSTITUTO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO, ASSESSORIA, **ASSISTENCIA** E EMPREENDEDORISMO ICETAAE", (...)"





## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### IV. CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 695/2025, condicionada ao acolhimento da Emenda de Redação anexa, que visa sanar vícios de grafia.

Sala de Reuniões, 27 de novembro de 2025.

**Professor Renato Ribeiro (PDT)**  
Presidente

**Raphaela Moraes (PP)**  
Vice-Presidente

**Dr. William Miranda (UB)**  
Secretário

